



# PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.807.676/0001-01

Em 17 de julho de 2015, a Porto do Açu assinou contrato com a empresa Votorantim Metais para movimentação de bauxita e coque no Terminal Multicargas ("T-Mult"), com prazo de 3 anos e movimentação prevista de 300 mil toneladas por ano. Em 31 de julho de 2015, a OSX Construção Naval S.A. ("OSX") e a Porto do Açu, com intervenção da Caixa Econômica Federal, assinaram um contrato de Gestão por meio do qual a Porto do Açu irá gerenciar a exploração comercial da área ocupada pela OSX no complexo portuário do Açu, com exclusividade para prospectar novos investidores dispostos a instalar empreendimentos voltados ou relacionados à indústria naval. Os recebimentos mensais decorrentes dos aluguéis desta área serão utilizados para que a OSX volte a pagar o aluguel mensal original do seu contrato com a Porto do Açu. Além disso, serão utilizados para amortizar as dívidas com credores, incluindo a dívida com a Porto do Açu referente às obrigações não cumpridas do pagamento de aluguéis e do rateio dos investimentos em infraestrutura realizados para a construção do T2. As regras para o pagamento dos créditos foram aprovadas no plano de recuperação judicial da OSX, conforme divulgação realizada pela empresa ao mercado. Em 11 de agosto de 2015, a Administração esclareceu ao mercado em geral que, no início da construção do T-Mult, havia assinado contratos de prestação de serviços de operação portuária de desembarque, transporte e armazenamento de produtos, para movimentação de carvão mineral, coque de petróleo e outros com a Intercement Brasil S.A. e com a Holcim Brasil S.A. Ambos os contratos estavam sujeitos à efetiva implantação da logística rodoviária e ferroviária, além da entrada em operação do T-Mult. Com a entrada em operação do T-Mult, a Administração está negociando as demais condições precedentes para a entrada em operação de tais contratos. Em 12 de setembro de 2015, aportou no T-Mult o primeiro navio graneleiro, o navio Turquoise Ocean, da Libéria, do tipo "handymax", e no dia 15, do mesmo mês, iniciou-se o primeiro embarque de 30 mil toneladas de bauxita, produto da Votorantim Metais, que está sendo extraído da sua unidade de Mirai, em Minas Gerais, e exportado para a China. Até o final de 2015 foram concluídos três embarques, com carregamento de mais de 115 mil toneladas. Em 2015, atracaram 141 embarcações, de carregamento e de apoio no T2.

**2. Licenças e autorizações:** Licenças ou autorizações ativas em 31 de dezembro de 2015:

Empresa	Tipo	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Licença prévia LP nº IN021311 que aprova a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB) contemplando sistema rodoferrviário, implantação do canal Campos - Açu no trecho Quitungute - UCN, rede elétrica e outras estruturas.	30/10/2012	30/10/2017
Porto do Açu	Licença Prévia e de Instalação LPI nº IN021739 aprovando a concepção, localização e implantação de um pier de atracação para unidade flexível de transferência de gás natural liquefeito. (*)	10/12/2012	10/12/2015
Porto do Açu	Licença Prévia LP nº IN018985 aprovando a concepção, localização do Terminal Sul. (*)	16/02/2012	16/02/2015
Porto do Açu	Licença Prévia e de Instalação LPI nº IN025299 aprovando a concepção, localização para disposição do material dragado do Canal de Acesso, oriundo das obras de implantação da Unidade de Construção Naval - UCN. (*)	26/11/2013	01/06/2015
Porto do Açu	Licença Prévia e de Instalação LPI nº IN025183 aprovando a concepção, localização e implantação de dois depósitos (2 e 7) de apoio terrestre para disposição do material dragado do canal de acesso da Unidade de Construção Naval do Açu, com supressão de vegetação nativa de 14,11 ha de restinga e o corte de vegetação exótica em uma área de 2,67 ha cobertos por cercas vivas de espécie Euphorbia tirucalli, localizado na Rodovia RJ 240 - Açu, Distrito Industrial, Município São João da Barra.	29/06/2015	28/06/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN023176 e AVB001999 aprovando a concepção do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e carga de projeto), com supressão de vegetação nativa de 6,5 ha de restinga, corte de vegetação exótica em uma área de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre.	17/05/2013	15/05/2017
Porto do Açu	Licença Ambiental Simplificada LAS nº IN022456 aprovando a concepção, localização, implantação e operação de uma central de britagem temporária dentro do pátio logístico do Complexo Industrial e Portuário do Açu.	18/02/2013	18/02/2017
Porto do Açu	Licença Prévia de Instalação LI nº IN028199 aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul, que compreende a pavimentação de vias, edificações da portaria principal, implantação da rede drenagem e de distribuição de água, localizado na Fazenda Saco Dantas. (*)	25/09/2014	31/12/2015
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN027911 aprovando o circuito duplo de transmissão de energia elétrica de 345KV, com extensão de 58 km, com subestação de energia e supressão de vegetação nativa em área de 1,42 ha de restinga.	05/09/2014	24/04/2017
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN027671 e AVB nº 002523 aprovando a implantação de um canal de navegação, composto por um canal de acesso marítimo (offshore) e um canal de atracação (onshore) e implantação das estruturas de cais, guias correntes e pier.	07/08/2014	07/08/2017
Porto do Açu	Licença de Instalação LAS nº IN027539 aprovando a localização, implantação e operação da Linha de Distribuição, de 138 kv, que interligará a Linha de Transmissão Minas Rio e Subestação Açu, com 1,7 km de extensão e seis torres, com faixa de servidão de 20 metros.	17/07/2014	17/07/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN030949, que autoriza a implantação de pátio logístico na área do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açu, composto por pátios de granéis sólidos, pátios para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio (portarias, prédio administrativo, vias de acesso e de distribuição de cargas, drenagem, sistemas de combate a incêndio, abastecimento de água potável, energia elétrica, sistemas de tratamento de água pluviais, esgotos sanitários, efluentes oleosos e emissário submarino), unidades de apoio (centro empresarial, centro de treinamento, prédio para órgãos governamentais, prédio para manutenção, vestiários, hotel e heliporto), sistema de drenagem para a área do retroporto, Unidade de Tratamento de Petróleo (UTP) para comercialização e exportação de petróleo através dos terminais marítimos (pieres) licenciados no Terminal 1 (T1) do Porto do Açu, denominados TPET-I e TPET-II e, em conjunto, denominados TOIL, incluindo a estocagem e processamento do óleo, com tubulação específica para movimentação de petróleo entre a UTP e os referidos terminais marítimos, bem como a instalação da infraestrutura nesses terminais destinadas à atividade de transferência de petróleo entre navios acostados em todos os berços do TOIL e a transferência de petróleo entre navios acostados a contrabordo (ship to ship).	22/06/2015	22/06/2018
Porto do Açu	Autorização Ambiental nº IN031127 aprovando o manejo da biota aquática, localizado na Fazenda Saco Dantas, município São João da Barra.	14/07/2015	14/07/2017
Porto do Açu	Autorização Ambiental nº IN031016 aprovando a coleta e captura de biota aquática, localizado na Fazenda Saco Dantas, município São João da Barra.	14/07/2015	14/07/2017
Porto do Açu	Autorização Ambiental nº IN032332 para atracação de plataformas semissubmersíveis no cais do TMULT, localizado no terminal Sul (T2) do complexo do Açu, localizado na Fazenda Saco Dantas, município São João da Barra.	18/11/2015	10/11/2016
Porto do Açu	Autorização ANTAQ nº 08/2015 autoriza a empresa realizar a movimentação de granel líquido e gasoso e de carga containerizada, além de granel sólido e cargas em geral, localizado na Fazenda Saco Dantas, município São João da Barra.	04/11/2015	04/11/2040

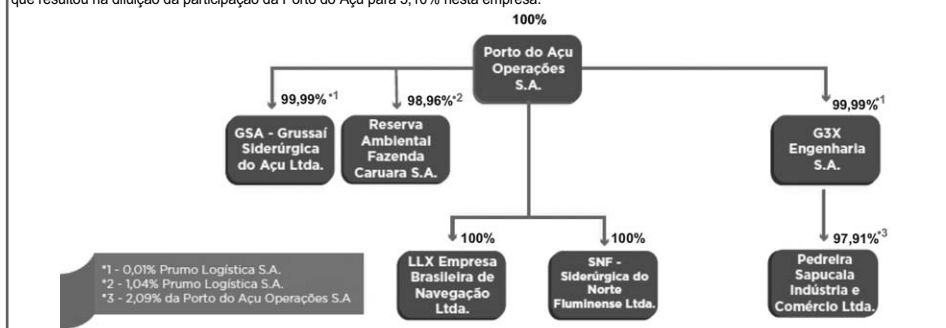
(\*) Licença em processo de renovação

**3. Empresas do grupo**

Controladas diretas:	Participação acionária	
	2015	2014
G3X Engenharia Ltda. ("G3X")	Brasil 99,99%	99,99%
LLX Empresa Brasileira de Navegação Ltda. ("EBN")	Brasil 100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açu S.A. ("GSA")	Brasil 99,99%	99,99%
Gás Natural Açu Ltda. ("Gás Natural Açu") (*)	Brasil -	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil 98,96%	99,99%
Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. ("SNF")	Brasil 100,00%	100,00%

Controlada indireta:  
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. Brasil 97,91% 98,30%  
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado LLX 63 Brasil 99,99% 99,99%

(\*) Após aportes mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela controladora Prumo na empresa Gás Natural Açu que resultou na diluição da participação da Porto do Açu para 5,10% nesta empresa.



\*1 - 0,01% Prumo Logística S.A.  
\*2 - 1,04% Prumo Logística S.A.  
\*3 - 2,09% da Porto do Açu Operações S.A.

**4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia, portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em 31 de março de 2016, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. b) **Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) **Uso de estimativas e julgamentos:** Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos nas demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado, a avaliação do valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis e propriedades para investimento, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências, instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos

registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e pelas entidades do Grupo Prumo. a) **Consolidação:** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas, descritas na Nota explicativa 3 – Entidades do Grupo. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação das controladas:** • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas; • A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Porto do Açu, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora; b) **Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades controladas pela Porto do Açu pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos para taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. d) **Instrumentos financeiros:** (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, podendo ser feita da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição, taxas ou outros custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. A Companhia não tem investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **Perdas por redução de valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado:** A Porto do Açu inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse", e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. (ii) **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada ou cancelada, ou quando expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos nos balanços patrimoniais se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iii) **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. e) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Porto do Açu e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. f) **Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. g) **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de eventuais perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada. O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta. • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. h) **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. i) **Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial. Custo inclui despesa que é diretamente atribuída à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrente dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuído à essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados. Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente. j) **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto (antes de impostos) que reflete as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*. Uma perda por redução no valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. k) **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos. l) **Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Transações de pagamento baseado em ações:** O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (não de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição (não de mercado) na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseado em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. **Opções anuladas (forfeiture):** Quando do não cumprimento da condição de aquisição, que nos casos de ambos os planos existentes, resume-se ao outorgado permanecer na Companhia por um pré-definido período de tempo (*vesting period*), a despesa previamente reconhecida, associada à parcela dos *vestings* futuros, é estimada a crédito de resultado e débito de reserva de capital. Os efeitos dos saldos acumulados em Reserva de Capital são reclassificados para a Reserva de Lucros/Prejuízos acumulados. **Opções canceladas:** Quando opções de ações são canceladas por parte da Companhia ou pro rata futuro é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. **Exercício das opções:** Quando do exercício das opções por parte dos beneficiários, os respectivos valores justos acumulados na Reserva de Capital são reclassificados para a Reserva de Lucros. m) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais. n) **Recita de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento:** A recita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da recita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado. o) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. p) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma en-